

ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS PARA A PERMANÊNCIA NO CAMPO: UM ESTUDO SOBRE OS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DE DRACENA – SP

ECONOMIC STRATEGIES FOR STAYING IN THE FIELD: A STUDY ABOUT THE SMALL RURAL OWNERS OF DRACENA – SP

Leandro Reginaldo Maximino Lelis¹
Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol²

Resumo: A atividade cafeeira sempre foi extremamente importante para os pequenos proprietários rurais de Dracena. Todavia, na década de 1980, essa situação foi alterada em virtude da crise do café. A partir dessa década, a economia das pequenas propriedades rurais foi profundamente abalada. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar as principais estratégias econômicas utilizadas pelos pequenos proprietários rurais do município de Dracena para permanecerem no campo. A partir da leitura do material bibliográfico selecionado, da realização de entrevistas e da aplicação de questionários, constatamos que atualmente existem várias fontes de renda que contribuem para que os pequenos proprietários rurais permaneçam no campo, dentre as quais destacamos: comercialização dos produtos da propriedade, aposentadoria, políticas públicas e o trabalho na cidade. Dessa forma, a combinação de diferentes fontes de renda se configura como uma estratégia econômica importante para viabilizar a permanência dos pequenos proprietários rurais e de seus dependentes no campo.

Palavras-chave: pequenos proprietários rurais; estratégias; permanência no campo; Dracena.

Abstract: The coffee activity was always extremely important for small rural owners of Dracena. However, in the 1980s, this situation was changed by virtue of the coffee crisis. From that decade, the economy of small rural properties was deeply shaken. In this context, this article aims to analyze the main economic strategies used by small farmers of the municipality of Dracena to remain in the field. From the reading of selected bibliographic material, conducting of interviews and the application of questionnaires, we found that currently there are several income sources that contribute to small rural owners remain in the field, among which we highlight: commercialization of property products, retirement, public policy and the work in the city. This way, the combination of different income sources takes shape as an important economic strategy for enabling the stay of small rural owners and their dependents in the field.

Keywords: small rural owners; strategies; stay in the field; Dracena.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas. E-mail: sukko51@hotmail.com

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. E-mail: medeiroshespanhol@gmail.com

Introdução

Tanto a formação socioespacial do município de Dracena como seu crescimento econômico foram proporcionados pela expansão da cafeicultura para o oeste do Estado de São Paulo. Nesse sentido, a cultura cafeeira figurava como o carro-chefe da economia local. Tal situação foi alterada durante a década de 1980. Nessa década, a crise da referida cultura fez com que o município passasse por um momento econômico extremamente difícil.

A redução da área plantada e da quantidade produzida do principal produto gerador de renda no município norteou novos rumos para a localidade estudada, bem como para os pequenos proprietários rurais. O município, que até a década de 1980 experimentava os benefícios proporcionados pelo café, se viu obrigado, após a década de 1980, a buscar novas estratégias para diminuir os impactos causados pela crise e continuar crescendo. Nesse contexto, os pequenos proprietários rurais de Dracena também tiveram que se adequar a essa nova situação para conseguirem permanecer no campo.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar as principais estratégias econômicas utilizadas pelos pequenos proprietários rurais do município de Dracena para permanecerem no campo. Para a consecução desta pesquisa, realizamos os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e leitura do material selecionado; trabalho de campo para a realização de entrevistas com os principais líderes³ do setor agropecuário de Dracena; trabalho de campo para aplicação de questionários a 21 (vinte e um)⁴ pequenos proprietários rurais que possuem entre 5 (cinco) e 20 (vinte) hectares de terra; e, por fim, sistematização e análise dos dados levantados com base nas reflexões bibliográficas.

O espaço rural brasileiro e suas alterações estruturais

O campo sempre enfrentou problemas relacionados aos aspectos econômicos e sociais que foram proporcionados por processos que ocorreram ao longo da história e que acabaram alterando sua dinâmica. A urbanização e a industrialização foram alguns destes processos que atuaram no meio rural, provocando uma profunda crise na sociedade rural (DURHAN, 1978).

Com a intensificação das relações entre o campo e a cidade, aquele passou a ter uma dependência maior em relação à cidade. Para Durhan (1978), a industrialização e a urbanização proporcionaram uma transformação na sociedade do ponto de vista econômico e social. Segundo Durhan (1978):

A industrialização e a urbanização significaram a quebra de isolamento das comunidades tradicionais, a crise do sistema produtivo rural e da estrutura tradicional de autoridade, a negação dos velhos valores, a adoção de novos padrões de comportamento (DURHAN, 1978, p. 8).

³ Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Diretor do Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena, Presidente da Associação dos Produtores Rurais de Dracena e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dracena.

⁴ Esse número corresponde a 5% do total de propriedades rurais do município de Dracena que possuem área entre 5 e 20 hectares.

Para Damiani (2006, p. 145): “O processo geral de urbanização é um fenômeno múltiplo, diferenciado e multidimensional, de caráter mundial”. Esse processo de urbanização ocorreu no mundo todo, o que se diferenciou foi a velocidade com que esse fenômeno ocorreu nas diferentes regiões. Os países subdesenvolvidos apresentaram um processo de urbanização mais rápido em relação aos países desenvolvidos. Enquanto nos países desenvolvidos, a população urbana foi multiplicada por 2,5 entre 1920 e 1980; nos países subdesenvolvidos, o multiplicador se aproxima de seis. Esse foi o caso do Brasil, que passou por um processo de urbanização avassalador (SANTOS, 1988).

É claro que esse processo não ocorreu de forma homogênea em todo o país, já que o Brasil possui um território com dimensões continentais, entretanto, não se pode negar que o campo está cada vez mais ligado à cidade, mesmo mantendo parte de suas características. Segundo Araújo *et al.* (2008, p. 115), o rural é: “[...] um espaço que influencia e é influenciado pelo urbano, que incorpora valores urbanos, mas mantendo valores rurais”. Carneiro (1988) também compartilha desse ponto de vista, pois para a autora supracitada:

Ainda que os efeitos da expansão da “racionalidade urbana” sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista intensificados pelos mecanismos da globalização, não possam, de forma alguma, ser tratados com negligência, é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência a transformação uniformizadora das condições de vida no campo (CARNEIRO, 1998, p. 54).

O deslocamento da população do campo para as cidades possui, por um lado, relação direta com as condições apresentadas pelo campo, marcada pela grande concentração fundiária e as precárias condições em termos de infraestrutura e equipamentos coletivos e, por outro, uma estreita ligação com o desenvolvimento econômico. Os avanços tecnológicos proporcionados pelo desenvolvimento econômico tornaram a vida daqueles que não tinham o acesso à tecnologia cada vez mais difícil. Para Endlich (2009):

A vida rural, examinada de um ponto de vista conhecedor dos avanços realizados, significa uma situação humana em que a sobrevivência só é possível com muito trabalho. O resultado desse trabalho oferece o mínimo necessário para viver. (ENDLICH, 2009, p. 153).

As tecnologias existentes, muitas vezes, não chegam até o pequeno proprietário rural devido ao seu valor elevado. Muitas dessas tecnologias são desenvolvidas para grandes explorações, sendo pouco viáveis para as pequenas explorações. Isso faz com que o pequeno proprietário e seus dependentes, não sejam beneficiados pela evolução tecnológica, pelo contrário, tal evolução prejudica a reprodução do pequeno proprietário, tendo em vista que quanto mais a tecnologia avança, mais o homem do campo fica atrasado, do ponto de vista tecnológico, o que acaba forçando a sua emigração. Segundo Durhan (1978):

Solicitados de um lado por novas necessidades, limitados de outro por uma tecnologia pobre, o homem do campo é objeto de tensões

cada vez maiores, ante as quais a emigração se apresenta como uma das poucas soluções possíveis (DURHAN, 1978, p. 111).

Com o aumento das relações entre o campo e a cidade, o primeiro perdeu seu caráter autossuficiente, já que a cidade passou a influenciar cada vez mais em sua dinâmica (MONTE-MÓR, 2004). Nesse sentido, podemos dizer que a população rural não dependia apenas de suas próprias forças para vencer as dificuldades, já que a expansão do capitalismo no campo trouxe uma nova configuração econômica e social, o que acabou alterando a estrutura do processo produtivo. Devido à mecanização do campo, a necessidade de mão-de-obra foi reduzida e muitos trabalhadores rurais perderam seu emprego. De acordo com Santos (1988):

A agricultura passa, então, a se beneficiar dos progressos científicos e tecnológicos, que asseguram uma produção maior sobre porções de terra menores. Os progressos da química e da genética, juntamente com as novas possibilidades criadas pela mecanização, multiplicam a produtividade agrícola, e reduzem a necessidade de mão-de-obra no campo (SANTOS, 1988, p. 43).

Para Endlich (2009, p. 61): “[...] a adoção de tecnologia tem provocado a necessidade, pela maioria da sociedade, de buscar nova inserção social, o que em geral implica mobilidade espacial”. A presença de tecnologia no campo aliado a outros fatores (urbanização, industrialização etc.), enfraqueceu o dinamismo econômico do meio rural e, por consequência, dificultou a permanência de seus moradores.

Sem muitas perspectivas econômicas para a permanência no campo, a saída encontrada por muitos pequenos proprietários rurais, sobretudo aqueles menos capitalizados, foi o deslocamento em direção à cidade. Para Durhan (1978, p. 113): “O trabalhador abandona a zona rural quando percebe que ‘não pode mudar de vida’, isto é, que a sua miséria é uma condição permanente”. Dessa forma, pode-se concluir que sair da zona rural é a última opção e acontece quando o pequeno proprietário percebe que a sua situação é imutável.

A quebra do isolamento das comunidades rurais proporcionou o conhecimento de novas realidades aos moradores do campo, por isso eles passaram a ter consciência da difícil situação em que se encontravam. A partir da conscientização de sua realidade, o homem do campo passou a vislumbrar a melhoria dessa realidade. Nesse sentido, Durhan (1978, p. 114) aponta que: “a percepção da necessidade de ‘melhorar de vida’ é decorrência de uma quebra do isolamento relativo e inclusão numa economia competitiva”.

Nesse contexto, o meio rural não apresentava as condições necessárias para o desenvolvimento econômico e social, enquanto o urbano era apreendido como portador dessas condições. Para Endlich (2009, p. 154): “Se o rural significa limitação, o urbano representa uma condição social em que, teoricamente, é possível superar a precariedade, ainda que tal superação se mantenha no plano das perspectivas otimistas”. Dessa forma, trocar o campo pela cidade foi a opção escolhida por boa parte dos moradores da zona rural para tentar melhorar suas respectivas situações, já que “nessas condições, a melhoria de vida só pode ser concebida como abandono desse universo e integração em um sistema diferente que ofereça melhores oportunidades” (DURHAN, 1978, p. 115).

Os baixos salários e a falta de garantia de trabalho são fatores que tornaram a vida do homem do campo inconstante. Tais fatores dificultaram a reprodução do trabalhador e de sua família na zona rural. Por isso, a emigração para a cidade com o intuito de conseguir um emprego urbano tornou-se objetivo principal de boa parte daqueles que buscavam condições melhores de vida.

Outro fator importante que ocorria nas cidades, e não era visto no campo, era a presença de instituições, como os sindicatos e as organizações assistenciais. Tais instituições eram fundamentais no processo de ressocialização dos indivíduos que trocavam o campo pela cidade, tendo em vista que mesmo não participando ativamente, os indivíduos eram beneficiados “indiretamente através das reivindicações de classe, o que favorece o seu ajustamento, melhorando suas condições de vida e abrindo novas possibilidades de ascensão para as gerações subsequentes” (DURHAN, 1978, p. 125). A possibilidade de salários estáveis, de assistência médica, de instrução para os filhos eram tidos como “vantagens” que a cidade proporcionava (DURHAN, 1978).

Esse deslocamento da população do campo para a cidade proporcionou uma nova configuração estrutural da população e da economia do país. Essa reconfiguração estrutural proporcionou transformações socioeconômicas na cidade e no campo, mesmo que com diferentes intensidades (DURHAN, 1978).

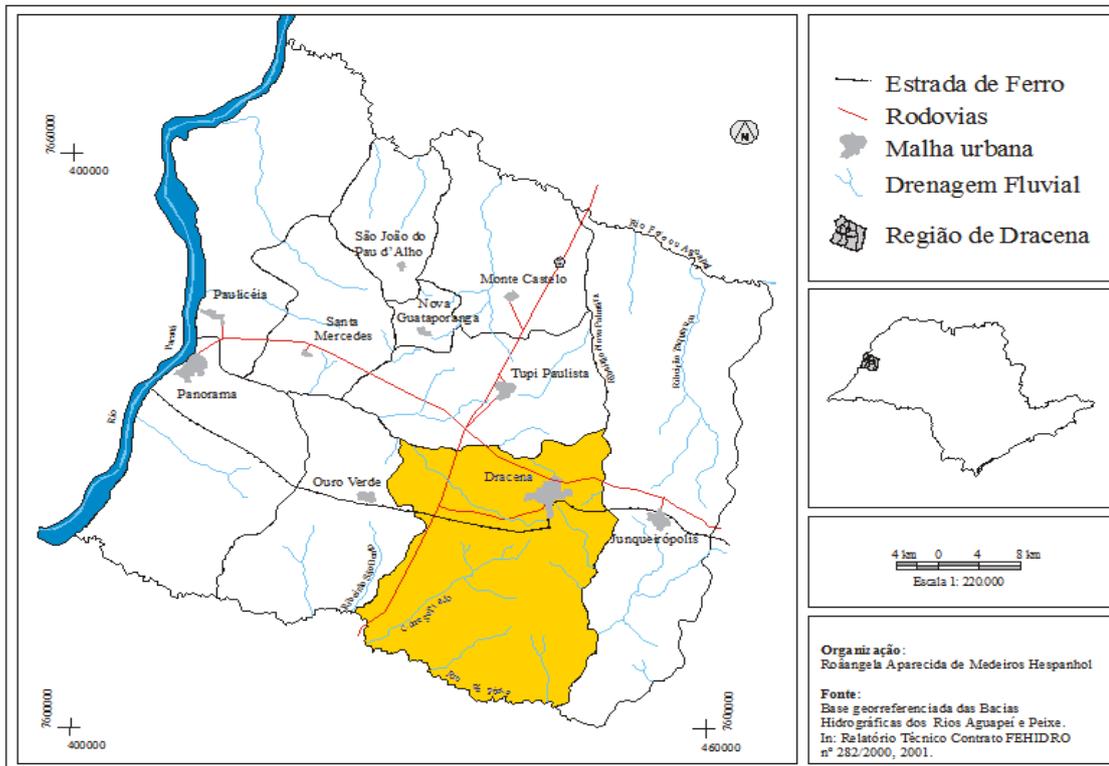
O padrão de consumo também foi alterado, já que a saída de população do campo para a cidade mudou a sua estrutura. Houve diminuição da produção de subsistência e, por consequência, aumento das compras nos estabelecimentos comerciais. Tal processo foi evidenciado pelo aumento da demanda nos setores de comércio e serviços (ENDLICH, 2009). Esse processo contribuiu para acentuar “fortemente a divisão social do trabalho e a financeirização das relações sociais” (ENDLICH, 2009, p. 158).

Iniciadas em meados da década de 1960, as alterações estruturais no espaço rural brasileiro ainda estavam em vigor na década de 1980. É nesse contexto de instabilidade que ocorreu a crise do café da década de 1980. Tais alterações aliadas à crise da referida cultura proporcionaram um período de extrema dificuldade para os pequenos proprietários rurais do município de Dracena. A partir da década de 1980, os pequenos proprietários que permaneceram no campo tiveram que buscar alternativas econômicas que pudessem suprir a lacuna deixada pela atividade cafeeira.

O declínio da atividade cafeeira na região e no município de Dracena

Como já informado anteriormente, tanto a formação socioespacial como o crescimento econômico do município de Dracena (Figura 1) foram proporcionados pela expansão da cultura cafeeira para a região oeste do Estado de São Paulo. Tal situação fez com que o município estudado se tornasse extremamente dependente da referida cultura. No entanto, a crise do café da década de 1980 proporcionou um novo momento econômico para Dracena. Se, até então, o município experimentava os benefícios proporcionados pela cafeeicultura, a partir da década de 1980 esse cenário foi alterado, já que Dracena passou a sofrer com os efeitos da crise do café.

Figura 1 – Localização geográfica do município de Dracena.



Fonte: Bispo, 2007.

Vários fatores contribuíram para a desaceleração da cultura cafeeira na região e no município de Dracena. Além dos fatores mais gerais, como a conjuntura político-econômica nacional e internacional, também ocorreram fatores particulares da região, como o manejo inadequado do solo e as geadas (SEGATTI, 2009).

A decadência da cafeicultura trouxe consequências irreparáveis aos pequenos proprietários rurais de Dracena, principalmente no que diz respeito ao aspecto econômico. Nesse contexto, a saída de parte da população, sobretudo dos mais jovens, do campo em direção à cidade tornou-se necessária e incentivada pelos mais idosos (VELOSO, 2011).

Não foi apenas o meio rural que sofreu alterações significativas, as cidades da região também sofreram as consequências e a região estagnou-se do ponto de vista econômico. Segundo Gil (2008, p. 86): “[...] houve empobrecimento de boa parte da população, com a formação de bairros periféricos e pobres, evasão populacional elevada, estagnação do comércio e pouco dinamismo industrial [...]”. Esse período de estagnação econômica culminou na reorganização do espaço geográfico, além de modificações na estrutura socioeconômica da região. Nesse contexto, Gil (2008, p. 91) constata que: “tanto o campo quanto a cidade passaram por um longo período de incertezas, com várias iniciativas isoladas e outras tantas incentivadas por cooperativas e associações, apoiadas pelo poder público municipal”.

Em meio a toda essa crise regional, algumas alternativas foram realizadas com o intuito de retomar o crescimento econômico. A solução vislumbrada pelas lideranças municipais e, principalmente, pela população, era a implantação de indústrias na região. Havia o ideário que as indústrias seriam a principal alternativa que poderia trazer de volta o crescimento econômico da região. Isso fez com que a

população passasse a cobrar dos governos municipais a instalação de indústrias. Existia uma disputa entre os municípios para receber as indústrias. As prefeituras ofereciam isenção fiscal, terrenos, dentre outras vantagens, com o intuito de atrair as indústrias, porém:

Todo esse empenho, no entanto, não logrou os resultados esperados. Poucas indústrias interessaram-se por essa área, preferindo os polos regionais inseridos em mercados regionais mais dinâmicos e, principalmente, próximos à capital e à região metropolitana (GIL, 2008, p. 98).

Isso fez com que a região e, conseqüentemente, o município de Dracena passassem por um processo de estagnação econômica e evasão populacional durante as décadas de 1980 e de 1990, tendo em vista que as alternativas escolhidas não surtiram o efeito necessário para o fortalecimento da economia regional.

A partir da década de 2000, a região de Dracena passou por um processo de reestruturação produtiva⁵ que está em vigor até os dias atuais. Esse período é marcado pela introdução da cultura da cana-de-açúcar e da fruticultura. Apesar da importância da fruticultura na região, o espaço dedicado a esse tipo de atividade é menor que o espaço dedicado à cana-de-açúcar. Por isso, na atualidade, a cana-de-açúcar é a lavoura que mais substitui os espaços deixados pela cafeicultura e pela pecuária de corte, que também está em declínio na região (GIL, 2008).

Como pôde ser verificado, a região e o município de Dracena sofreram intensamente durante e após a crise do café da década de 1980. Depois de muitos anos de incertezas e estagnação econômica, a partir da década de 2000 a cultura canavieira se expandiu, proporcionando assim, a reestruturação produtiva da região. Nesse contexto, a situação dos pequenos proprietários rurais se torna cada vez mais complicada, já que a expansão da cultura canavieira se apresenta como um obstáculo para o desenvolvimento das atividades agropecuárias praticadas nas pequenas propriedades rurais.

As principais estratégias econômicas utilizadas para a permanência no campo

Depois de algumas décadas de prosperidade proporcionada pela cultura cafeeira, a partir da década de 1980, os pequenos proprietários rurais do município de Dracena começaram a passar por dificuldades financeiras.

Segundo verificado, em entrevista, com o secretário municipal da Agricultura e Meio Ambiente (Sr. E. B.), grande parte dos pequenos proprietários do município de Dracena no período atual possuíam uma propriedade maior no início da década de 1980 e nas décadas anteriores, quando o café ainda era o carro-chefe da economia local. A dificuldade financeira enfrentada durante o referido período forçou-os a vender parte da propriedade rural para quitar as dívidas. De acordo com o entrevistado, atualmente, pequenas propriedades rurais estão sendo arrendadas para o cultivo da cana-de-açúcar, o que evidencia que as atuais condições econômicas dos pequenos proprietários rurais continuam difíceis.

⁵ Baseando-se no trabalho de Alves (2007), entendemos por reestruturação produtiva, o processo que visa buscar novas estratégias produtivas com o intuito de manter os níveis de acumulação satisfatórios para o sistema capitalista.

Outra consequência desse período foi a degradação ambiental das propriedades. O diretor do EDR de Dracena (Sr. L. A. P.) relatou que a busca por alternativas que viessem a suprir o espaço econômico deixado pelo café foi muito prejudicial ao meio ambiente, pois os produtores não conheciam as alternativas – como, por exemplo, o maracujá - que estavam adotando. O entrevistado afirmou que faltava conhecimento para os produtores trabalharem com as novas culturas, pois estes conheciam apenas a cultura cafeeira e as que eram cultivadas por meio do consorciamento (milho, feijão, entre outras). Essa situação contribuiu para a exaustão do solo, tendo em vista que seu manejo não era realizado da maneira correta. Para Gil (2008):

O manejo inadequado dos recursos naturais, principalmente do solo, efetuado em áreas cuja caracterização ecológica demonstrava incompatibilidade com as práticas econômicas convencionais, acelerou a degradação ambiental, comprometendo a sustentabilidade futura (GIL, 2008, p. 12).

Através de entrevista, a presidente da Associação dos Produtores Rurais de Dracena (Sra. G. O. S. G) informou que apesar da melhoria econômica verificada com a adoção da fruticultura no município, a mudança mais significativa, principalmente no que diz respeito aos pequenos proprietários rurais, ocorreu a partir da introdução das políticas públicas federais e estaduais no município a partir do início da década de 2000. A entrevistada destacou ainda que o Dracena foi o primeiro município do Estado de São Paulo a implementar o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). A respeito da importância do PAA, Veloso (2011) afirma que:

Instituído como programa social, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁶ tem se firmado como importante instrumento de apoio à comercialização da produção agropecuária dos agricultores familiares no país. Esse programa tem gerado renda, incentivado e apoiado os agricultores a produzirem gêneros alimentícios de acordo com os hábitos alimentares locais e regionais, por meio do estabelecimento de preços superiores ao praticados no mercado e estimulado as formas coletivas de organização (VELOSO, 2011, p. 47).

De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dracena (Sr. A. F.), apesar das melhores condições proporcionadas pelas políticas públicas federais e estaduais, a situação dos pequenos proprietários da zona rural do município de Dracena ainda não é a ideal. Segundo o entrevistado, ainda existem muitas dificuldades, principalmente no que diz respeito à comercialização dos produtos.

Nas 21 propriedades pesquisadas, existem 95 moradores, sendo que 46 (48%) são mulheres e 49 (52%) são homens. A média por propriedade ficou em 4,5 pessoas. Apesar do número de homens ser maior que o de mulheres, ainda existe certo equilíbrio. Isso ocorre muito em função da estrutura familiar encontrada nas

⁶ O PAA foi instituído pelo artigo 19 da lei nº. 10.696, de 10 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 6.447, de 07 de maio de 2008 (VELOSO, 2011, p.47).

pequenas propriedades rurais pesquisadas, em que é predominante a presença de casais.

A faixa etária média dos moradores das pequenas propriedades rurais visitadas encontra-se em 43,3 anos. As mulheres apresentam a idade média de 42,2 anos, enquanto os homens têm idade média de 44,5 anos.

Em sete casos (33%), existem propriedades que abrigam mais de uma família. Nessas situações, normalmente apenas alguns moradores se ocupam das atividades agrícolas, enquanto que os outros se dedicam a atividades não agrícolas, já que a rentabilidade proporcionada por uma pequena propriedade é insuficiente para manter mais de uma família.

De acordo com Graziano da Silva (1999), o espaço rural não pode mais ser definido apenas como sinônimo de atividade agrícola, pois na atualidade ele apresenta uma diversificação mais ampla em suas atividades e funcionalidades. Nesse sentido, Graziano da Silva (1999) reforça a importância das atividades não agrícolas na atual dinâmica populacional do meio rural brasileiro. Para o autor supracitado:

[...] o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. O conjunto de atividades não agrícolas – tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria – responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 28).

No município de Dracena, o declínio da lavoura cafeeira é um dos principais fatores que contribuíram para permanência das pessoas com idade mais avançada no campo, já que a decadência da cafeicultura trouxe grandes problemas para a mão de obra. Durante o questionário aplicado aos pequenos proprietários rurais, a senhora M. A. R. R., afirmou que: “Depois da crise, a situação financeira ficou pior, por isso meus filhos saíram da zona rural”.

Os que ainda resistem no campo, normalmente, são os pais de família que possuem pequenas propriedades rurais. Os filhos, descontentes com a falta de oportunidades no meio agrícola e com a baixa remuneração, foram para a cidade em busca de novas perspectivas, enquanto que seus pais permanecem na zona rural, motivados, principalmente, pela relação de identidade criada com o lugar. O grande problema é que mesmo “[...] aqueles jovens dispostos a prosseguirem no ofício de seus pais não encontram apoio necessário e políticas adequadas à sua permanência no espaço rural” (FERRARI *et al.*, 2004, p. 265). Nesse contexto, as estratégias mais utilizadas pelos filhos de agricultores são o trabalho fora do meio rural e a migração para a cidade. Segundo Ferrari (2004):

Num contexto onde os componentes da família não são absorvidos pela produção agrícola, a busca por trabalho fora do meio rural e, sobretudo, a migração passa a fazer parte das estratégias de vida dos jovens filhos de agricultores familiares. Estes veem nas cidades melhores condições para ganhar seu próprio dinheiro, maiores oportunidades para estudar e melhor remuneração do trabalho (FERRARI *et al.*, 2004, p. 265-266).

Para a grande maioria dos pequenos proprietários pesquisados, a crise do café da década de 1980 foi um período de extrema dificuldade econômica. A falta de recursos econômicos e de apoio governamental fez com que boa parte dos pequenos proprietários diminuísse a área plantada e, em alguns casos, a produção de café foi interrompida por tempo indeterminado. A respeito desse período, o pequeno proprietário A. S. L. afirmou que: “Era difícil, paramos de trabalhar com o café, e eu passei a ser assalariado”.

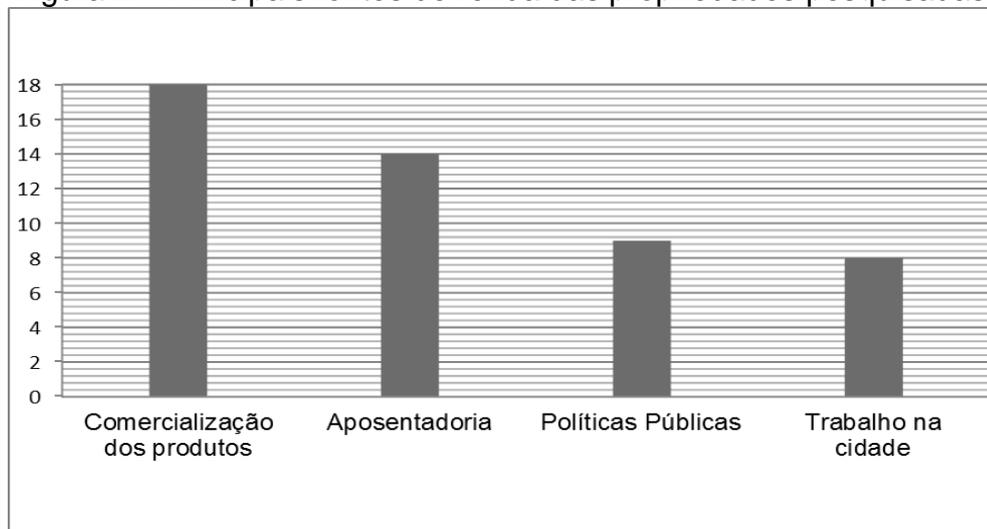
A redução territorial da propriedade se apresentou como alternativa para a permanência na zona rural, já que a venda de parte da propriedade servia para pagar as dívidas contraídas durante o período de crise. Entre as propriedades pesquisadas, sete propriedades (33%) apresentaram redução em sua área durante ou após a crise do café da década de 1980. Nesse sentido, a venda de parte da propriedade aparece como solução momentânea para as dificuldades financeiras.

Atualmente a produção agropecuária dos pequenos proprietários rurais de Dracena encontra-se diversificada, com destaque para o setor hortifrutigranjeiro e para a pecuária leiteira. Entre os pesquisados, ainda existem quatro pequenos proprietários (19%) que cultivam o café, porém apenas um se dedica integralmente à referida cultura. Nas outras propriedades, o café cresce sem cuidados, já que atualmente a dedicação exclusiva a essa atividade não é viável, tendo em vista que ela não apresenta renda mensal, além de ser um cultivo em que sua produção só é significativa a cada dois anos.

Mesmo não apresentando muita dedicação ao café existente na propriedade, três pequenos proprietários entrevistados atribuíram à comercialização do café como uma de suas fontes de renda, enquanto que um pequeno proprietário rural utiliza o café produzido apenas para o consumo familiar.

A comercialização dos produtos da propriedade responde por grande parte da renda dos pequenos proprietários pesquisados, pois das 21 pequenas propriedades rurais visitadas, 18 (85,7%) comercializam seus produtos. Nesse sentido, podemos avaliar que a comercialização da produção ainda aparece como a principal fonte de renda dos pequenos proprietários rurais pesquisados (Figura 2).

Figura 2 – Principais fontes de renda das propriedades pesquisadas.



Fonte: Trabalho de Campo.

Como pudemos notar na Figura 2, na sequência aparece a renda proveniente da aposentadoria. Essa fonte de renda se mostrou extremamente importante, já que 14 (66,6%) pequenos proprietários rurais informaram possuir esse recurso como componente de seu orçamento familiar. A renda advinda da aposentadoria se apresenta como uma estratégia que contribui para a permanência dos beneficiados e de seus familiares na zona rural (Godoy *et al.*, 2010).

A renda oriunda das políticas públicas aparece em terceiro lugar entre as fontes de renda mais citadas, pois 9, ou seja, 42,8% dos pequenos proprietários pesquisados informaram participar do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o que ressalta a importância do programa para os pequenos proprietários rurais. No entanto, percebemos a falta de divulgação do programa, tendo em vista que alguns pequenos proprietários pesquisados não sabiam de sua existência e de outras políticas públicas. A falta de conhecimento sobre algumas políticas públicas, não se restringiu apenas aos pequenos proprietários que não participam da Associação dos Produtores Rurais de Dracena, já que alguns associados também afirmaram desconhecer algumas políticas públicas.

Em quarto lugar, o trabalho na cidade também se mostrou com importância significativa, já que em 8 pequenas propriedades (38%) há membros da família que exercem atividades urbanas, como o trabalho no comércio e a prestação de serviços em residências. Essa quantidade talvez fosse maior se o número de jovens residindo no campo também fosse maior. Verificou-se que o trabalho na cidade ocorre em 6 (85,7%) das 7 pequenas propriedades que abrigam jovens com idade entre 16 e 24 anos. Segundo os pequenos proprietários analisados, esses jovens trabalham na cidade porque não possuem o interesse de se dedicar ao trabalho agrícola. Para Godoy *et al.* (2010):

O meio rural nos dias atuais não apresenta atrativos para a permanência dos jovens no campo, seja pela falta de atividades que proporcionem uma renda atrativa; falta de entretenimentos; dificuldades para o acesso do ensino escolar; insatisfação com o rendimento obtido na agricultura; a penosidade e a imagem negativa do trabalho agrícola e falta de lazer, colaboram para que o meio rural não apresente atrativos para a permanência dos jovens e em consequência teremos o envelhecimento e a masculinização do meio rural (GODOY *et al.*, 2010, p. 3).

A combinação de atividades agrícolas com atividades não agrícolas em uma mesma família se torna cada vez mais frequente no meio rural. Tal combinação é denominada como pluriatividade. De acordo com Schneider (1999):

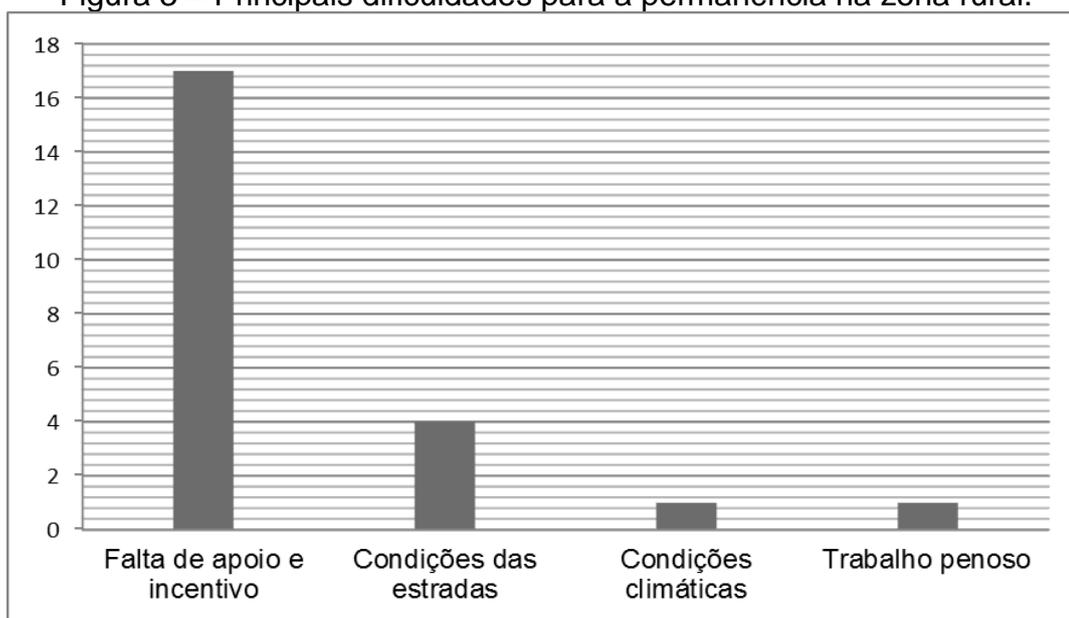
[...] o termo pluriatividade tem sido utilizado para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural (SCHNEIDER, 1999, p. 184).

Ainda de acordo com Schneider (1999), o número de pequenas propriedades rurais que abrigará um trabalhador não agrícola ou, que ao menos dedicará uma parte de seu tempo a atividades não agrícolas, aumentará cada vez mais.

No que diz respeito à situação econômica atual das pequenas propriedades rurais do município, 14 (67%) pequenos proprietários afirmaram que a situação é difícil e sem perspectivas de melhoria. Esses pequenos proprietários se mostraram bastante desanimados. Sobre a situação econômica das pequenas propriedades, a proprietária L. R. B. apontou que: “[...] muita gente está desanimada com a situação atual. O pessoal só fala em deixar o campo”. Os outros sete (33%) pequenos proprietários se mostraram, de certo modo, satisfeitos com as condições atuais das pequenas propriedades, sobretudo se comparado ao momento vivido durante as décadas de 1980 e 1990. Nesse sentido, a pequena proprietária A. M. S. S. relatou que: “Antigamente era muito ruim, hoje em dia as coisas estão melhores. O governo está incentivando mais nossa permanência no campo e as políticas públicas ajudam nisso”.

Como destacado na Figura 3, as maiores dificuldades citadas para a permanência na zona rural foram a falta de apoio e incentivo governamental para produzir e comercializar a produção, que foi apontada por 17 (80,9%) proprietários e as condições das estradas, que foi citada por quatro (19%) proprietários. Um pequeno proprietário ainda afirmou que são as condições climáticas e outro citou o trabalho penoso como principal empecilho para a permanência no campo.

Figura 3 – Principais dificuldades para a permanência na zona rural.



Fonte: Trabalho de Campo.

Apesar das dificuldades, 18 (86%) pequenos proprietários afirmaram que não pretendem sair do campo, enquanto que apenas 3 (14%) pequenos proprietários relataram que pretendem deixar a zona rural. Essa situação pode ser decorrente da proximidade com a cidade em que os pequenos proprietários pesquisados se encontram, já que a média verificada foi de cerca de três quilômetros. Além da proximidade, a melhoria das condições de vida no campo, a relação de afetividade com o lugar, a vida tranquila e o baixo custo de vida no campo também aparecem como fatores que ajudam na permanência dos pequenos proprietários na zona rural. No que diz respeito à afetividade, observamos que essa

relação de apego a terra pode ser ocasionada em virtude de diversos fatores, tais como: tempo em que esses pequenos proprietários residem na área rural; fato da propriedade ter sido herança; e, compra da propriedade a partir de muito trabalho e esforços da família.

Considerações finais

Iniciadas em meados da década de 1960, as alterações estruturais no espaço rural brasileiro ainda estavam em vigor na década de 1980. É nesse contexto de instabilidade que ocorreu a crise do café da década de 1980. Tais alterações aliadas à crise da referida cultura proporcionaram um período de extrema dificuldade para os pequenos proprietários rurais do município de Dracena, tendo em vista que a referida localidade era extremamente dependente da cultura cafeeira.

Durante a década de 2000, além do revigoramento da economia local em virtude da expansão da cana-de-açúcar, também verificamos a melhoria das condições oferecidas aos pequenos proprietários rurais. A partir dessa década, as políticas públicas federais e estaduais passaram a atender as necessidades dos pequenos proprietários com maior eficiência.

Mesmo com inúmeras dificuldades, os pequenos proprietários rurais que permanecem no campo continuam produzindo. Tanto é que a comercialização dos produtos foi a fonte de renda mais citada durante a aplicação dos questionários aos pequenos proprietários rurais. Constatamos também que a reestruturação produtiva foi essencial no período pós-crise do café da década de 1980. Atualmente a estrutura produtiva dos pequenos proprietários rurais encontra-se diversificada, com destaque para o setor hortifrutigranjeiro e para a pecuária leiteira.

Com o envelhecimento da população do campo, a renda advinda da aposentadoria também se constitui como uma importante fonte de renda para a permanência no campo. A tendência é que essa fonte de renda se torne cada vez mais importante, haja vista que o envelhecimento da população do campo se configura como um processo contínuo.

A renda proveniente da participação em políticas públicas também figurou como uma das atividades econômicas mais importantes para aqueles que buscam permanecer no campo. Isso mostra que a participação em políticas públicas - como, por exemplo, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) - pode ser uma estratégia econômica eficiente para aqueles que desejam permanecer no meio rural.

O trabalho na cidade foi a quarta fonte de renda mais citada pelos pequenos proprietários rurais. Tal situação ocorre em função da condição pouco favorável para os jovens se dedicarem as atividades do campo. Identificamos que o desinteresse dos jovens pelo trabalho agrícola é uma realidade, o que reforça a tendência de que a população do campo que se dedica as essas atividades agrícolas diminua crescentemente. Nesse sentido, o trabalho não agrícola se apresenta cada vez mais importante para o incremento do orçamento familiar.

Atualmente, existem várias fontes de renda que contribuem para que os pequenos proprietários rurais permaneçam no campo, dentre as quais se destacam: comercialização dos produtos, aposentadoria, políticas públicas e o trabalho na cidade. Dessa forma, a combinação de diferentes fontes de renda se configura como uma estratégia econômica importante para viabilizar a permanência dos pequenos proprietários rurais e de seus dependentes no campo.

Referências

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007.

ARAÚJO, Flávia A. V.; OLIVEIRA, Hélio C. M.; SOUZA, Marcus V. M.; SOARES, Beatriz S. Entre o Campo e a Cidade: discussões acerca da relação campo-cidade no município de Uberlândia (MG). **Campo-Território**. Uberlândia: Edufu v. 3, n. 5, p. 113-133, fev. 2008.

BISPO, Rafael C. **Crise da cafeicultura, alternativas e políticas públicas no município de Dracena/SP**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). 2007. 90. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>> Acesso em: 21 dez. 2011.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/08damiani.pdf>> Acesso em: 18 jul. 2011.

DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: UNESP, 2009.

FERRARI, D. L.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; MELLO, M. A. de; TESTA, V. M. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, ano 12, v. 02, p. 237-271, out. 2004.

GIL, Izabel Castanha. **Nova Alta Paulista: 1930 – 2006: do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional.** São Paulo: Scortecci, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro.** 2. Ed. Campinas: UNICAMP, 1999.

GODOY, C. M. T; PÉREZ, F. I. C; WIZNIEWSKY, J. G; GUEDES, A. C; MORAES, C. S. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: a realidade do município de Santa Rosa/RS. In: 48º Congresso da SOBER, Campo Grande, 2010. **Anais eletrônicos.** 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/714.pdf>> p. 1-18. Acesso em: 06 set. 2012.

MONTE-MÓR, Roberto L. A Relação Urbano-Rural no Brasil Contemporâneo. In: **II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.** Santa Cruz do Sul: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional/UNISC, 2004. p. 1-26.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008.** São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 20 jul. de 2012.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

SEGATTI, Sonia. **A expansão da agroindústria sucroalcooleira e a questão do desenvolvimento da Microrregião de Dracena – SP.** 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

VELOSO, Fernando. **Políticas Públicas no Município de Junqueirópolis (SP): o PRONAF e o PAA.** 2011. 249 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.